

TREINAMENTO

TRÍPLICE CLIMA, TRANSPORTE E ENERGIA:

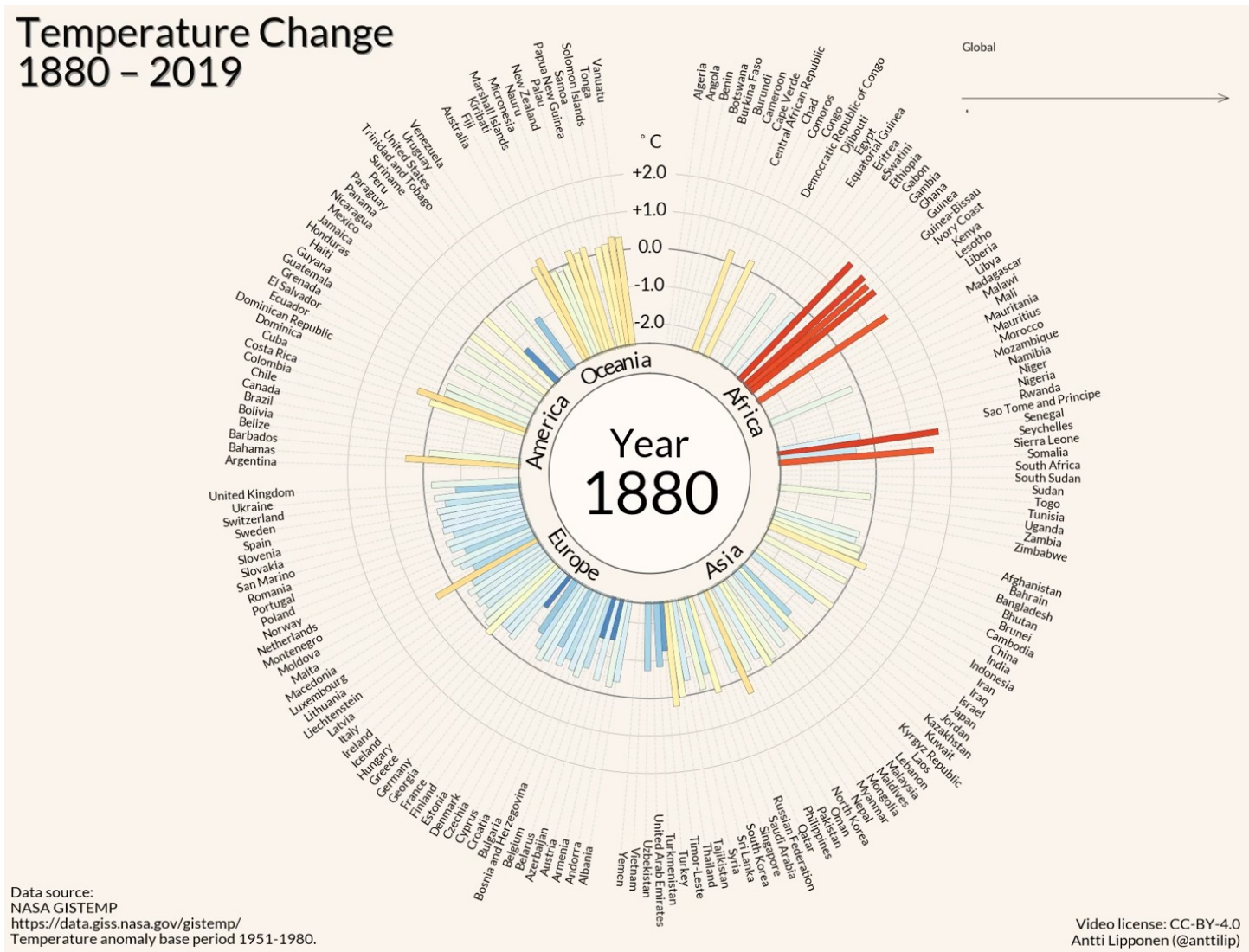
Criando a Linha de Base e
Identificando as Interrelações
com a NDC

MÓDULO 2 - NDC como Instrumento

Luan Santos, PhD
pós-doutor *Universität Graz*

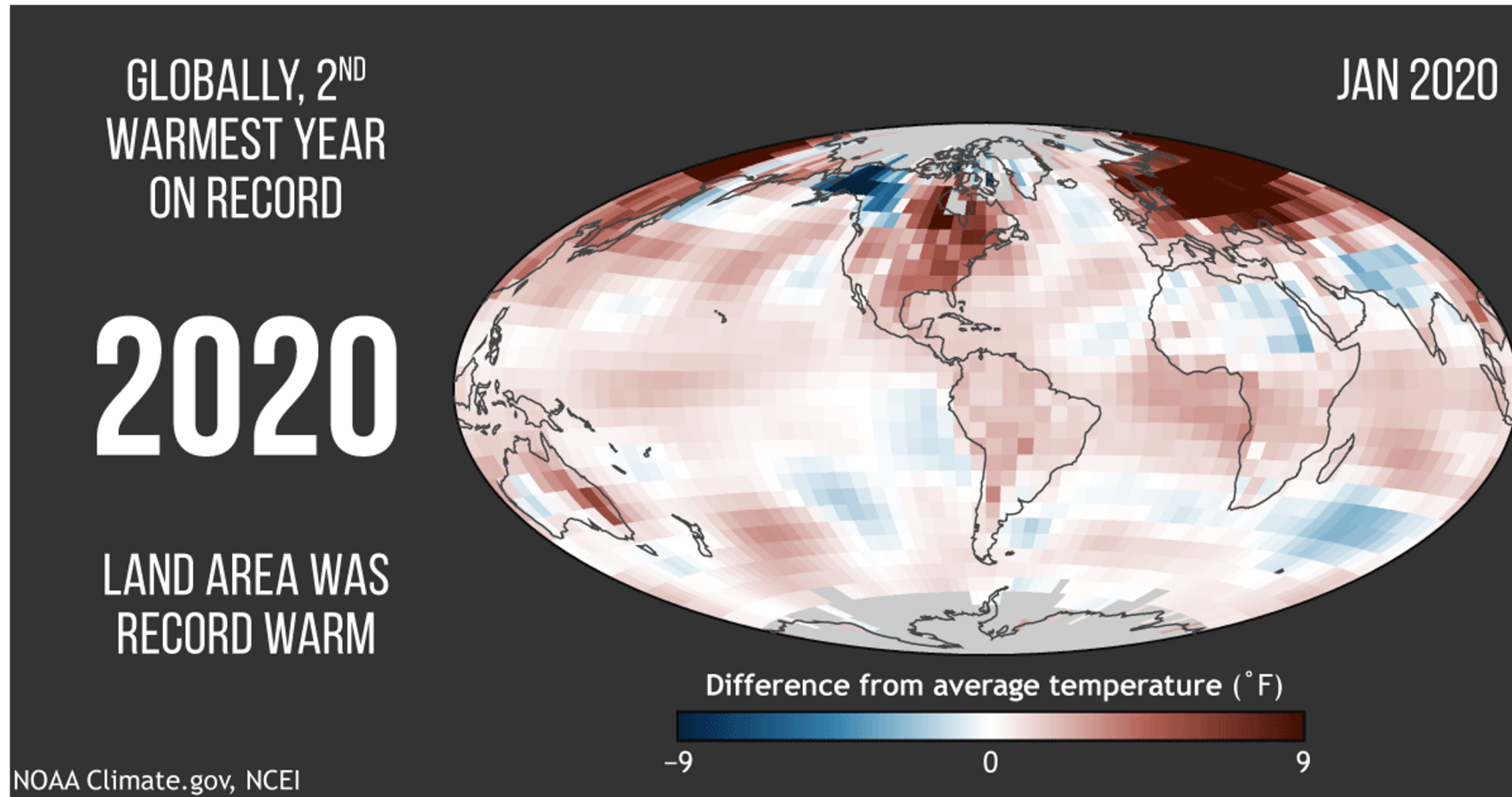


Mudança de Temperatura (1880-2019)



Aquecimento Global

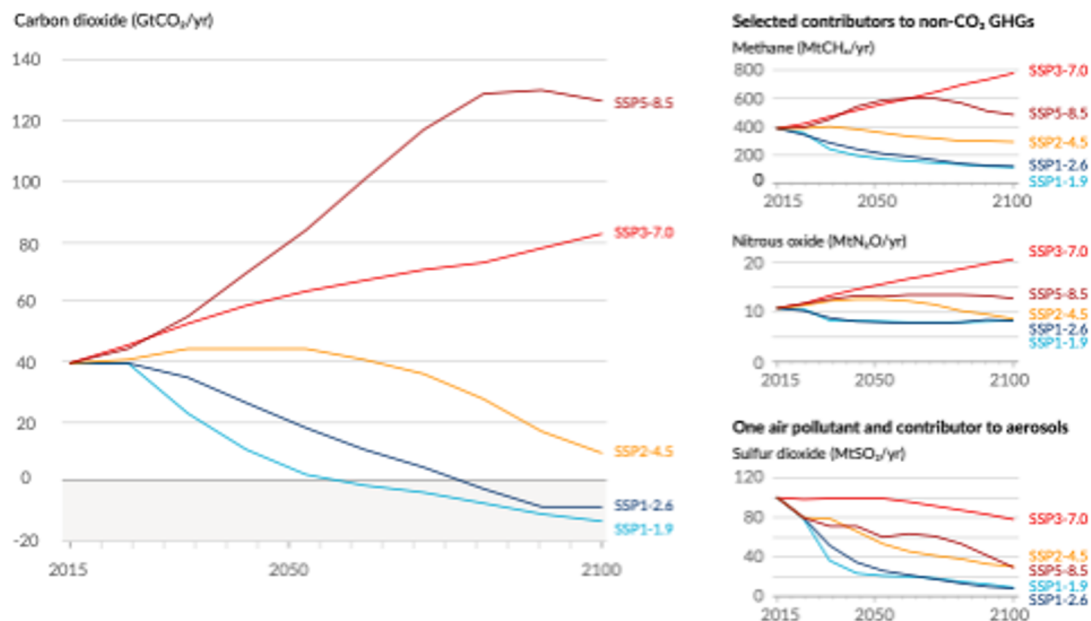
Os 3 últimos anos mais quentes do registro: 2016, 2019, 2020



Cenários e Projeções

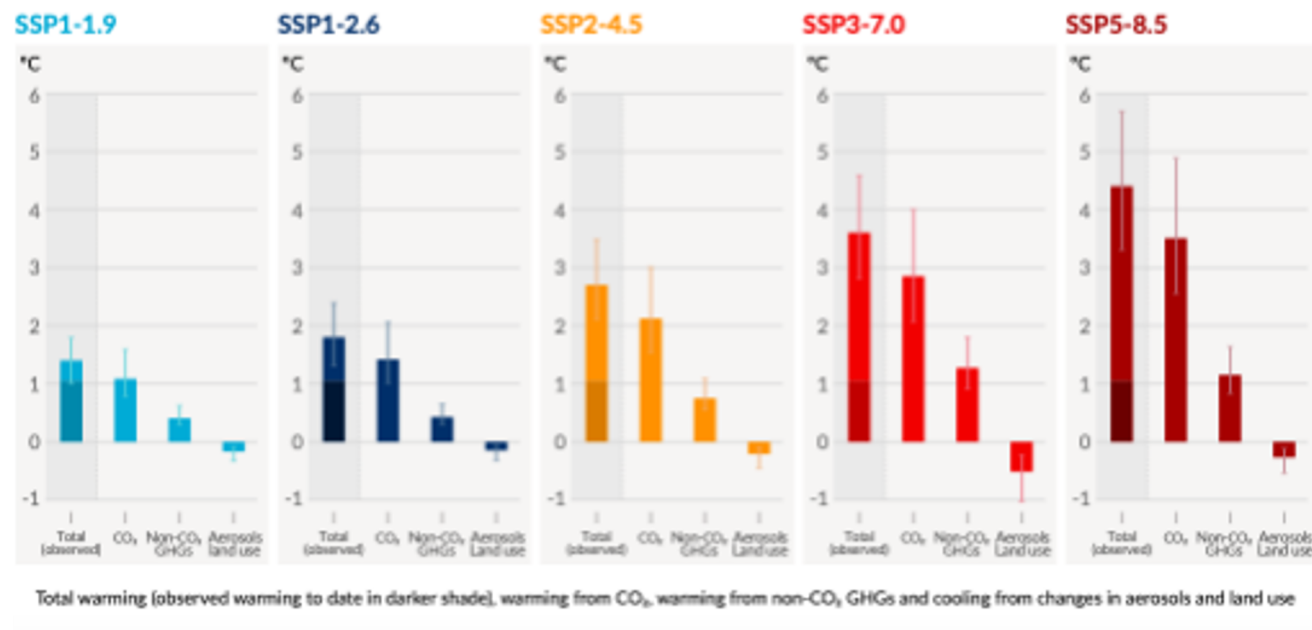
Future emissions cause future additional warming, with total warming dominated by past and future CO₂ emissions

a) Future annual emissions of CO₂ (left) and of a subset of key non-CO₂ drivers (right), across five illustrative scenarios



b) Contribution to global surface temperature increase from different emissions, with a dominant role of CO₂ emissions

Change in global surface temperature in 2081-2100 relative to 1850-1900 (°C)



Fonte: AR6 (IPCC, 2021)

TRIPLICE CLIMA, TRANSPORTE E ENERGIA: Criando a Linha de Base e Identificando as Interrelações com a NDC

Acordo de Paris



- Na COP21, em Paris, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de **fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima** e de **reforçar a capacidade dos países** para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças;
- O Acordo de Paris foi **aprovado pelos 195 países Parte da UNFCCC** para reduzir emissões de GEE. O compromisso ocorre no sentido de **manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais** e de **envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais**;
- Para que entrasse em vigor, necessitava da ratificação de **pelo menos 55 países responsáveis por 55% das emissões de GEE**. Já em **2016 o Acordo entrou em vigor**.

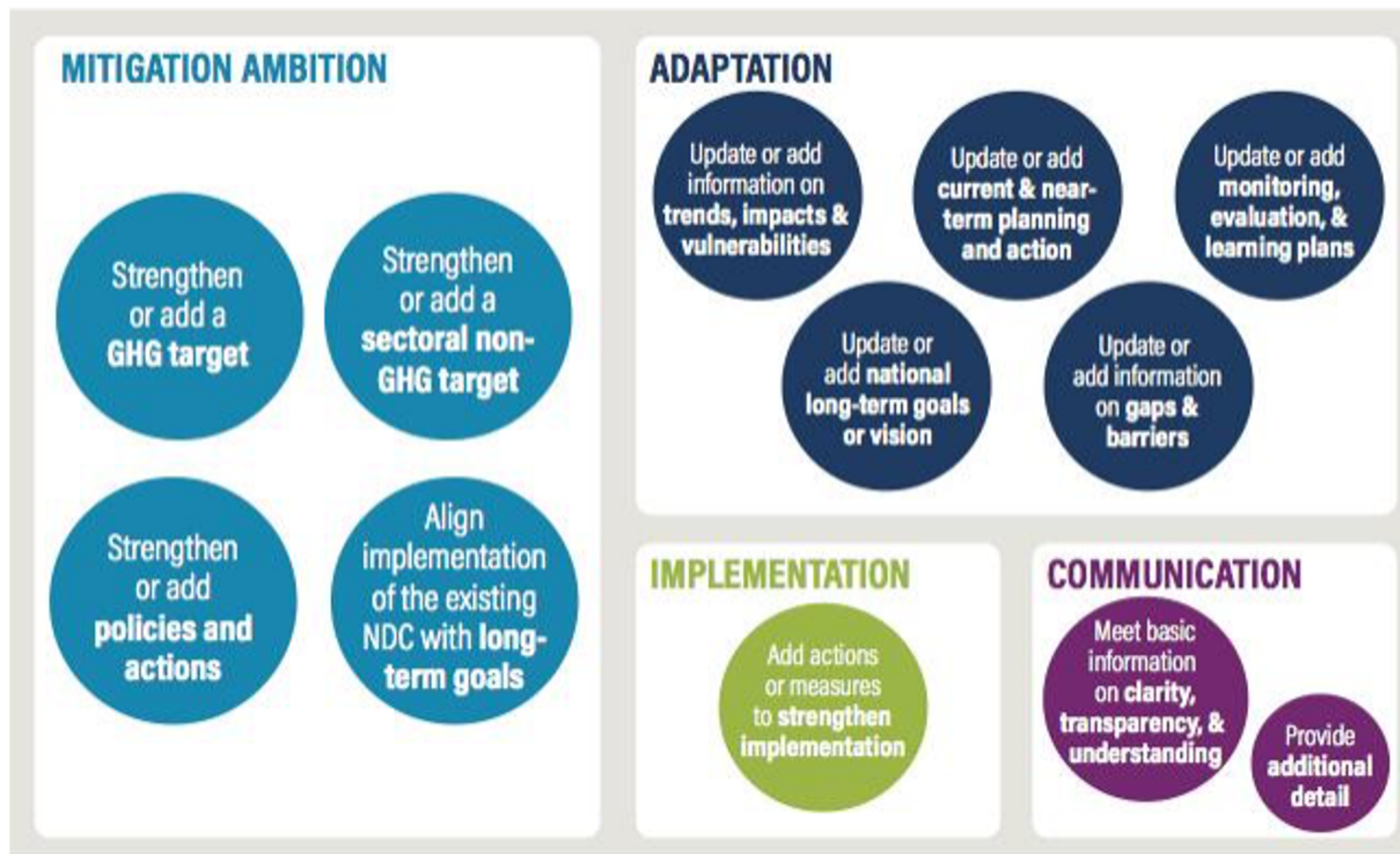
pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC)

- Para o alcance do objetivo final do Acordo, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (*intended Nationally Determined Contribution* - iNDC);
- Por meio das iNDCs, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões de GEE, seguindo o que cada governo considera viável a partir do cenário social e econômico local;
- As metas de mitigação variam desde metas de redução absoluta de emissões em toda a economia até estratégias, planos e ações para o desenvolvimento com baixas emissões;
- A maioria das Partes forneceu metas quantificadas de mitigação;
- A maioria das Partes que apresentaram novas NDCs ou atualizadas reforçaram o seu compromisso de reduzir ou limitar as emissões de GEE até 2025 e/ou 2030, demonstrando uma maior ambição na abordagem das mudanças climáticas.



Opções ao Alcance das NDCs

Menu of Options for Enhancing Nationally Determined Contributions



Source: wri.org/publication/NDC-enhancement-by-2020

NDC Brasileira

- A NDC do Brasil compromete-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em **37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030.**
 - Para isso, o país se compromete a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, zerar o desmatamento ilegal na Amazônia, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.
- A NDC do Brasil corresponde a uma redução estimada em 66% em termos de emissões de GEE por unidade do PIB (intensidade de emissões) em 2025 e em 75% em termos de intensidade de emissões em 2030, ambas em relação a 2005.
- Ela abrange cinco setores da economia e possui metas para cada um deles: **florestal, energia, agropecuário, industrial e de transportes.**
- **Desafios:** Implementação? Financiamento?

Nova Versão da NDC Brasileira: 1ª Revisão

- O governo do Brasil apresentou em **dezembro de 2020** a “Nova Primeira NDC” que consiste em uma atualização dos compromissos da NDC apresentada em 2015;
- As **metas percentuais foram mantidas** e foi **oficializada a meta de redução de 43% para 2030**;
- Também foi enunciado o **objetivo indicativo de atingirmos a neutralidade climática – ou seja, emissões líquidas nulas – em 2060**. Esse objetivo de longo prazo poderá ser revisto no futuro, a depender do funcionamento dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris, não estando descartada a possibilidade de adoção de estratégia de longo prazo ainda mais ambiciosa.

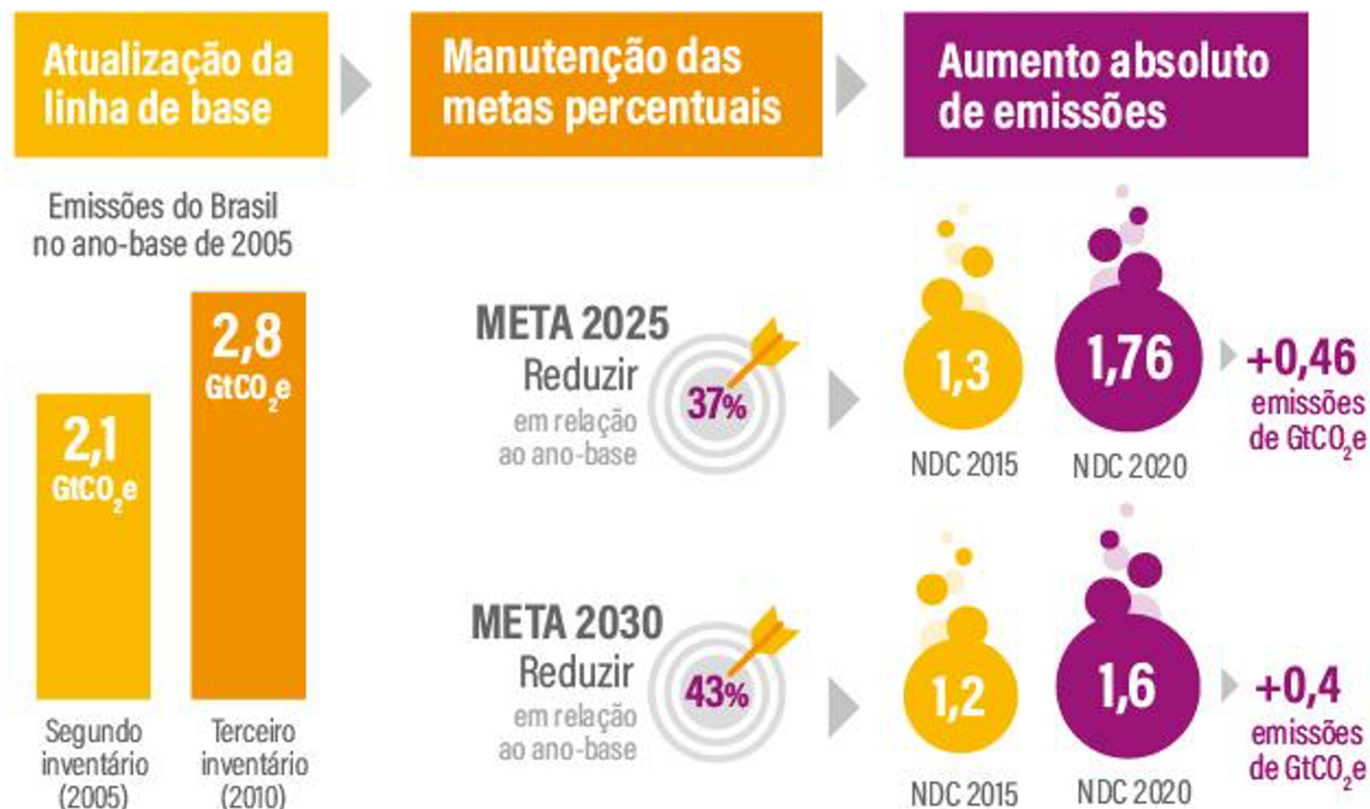


Nova Versão da NDC Brasileira: 1ª Revisão

- Com a revisão dos dados do inventário nacional, **as emissões do ano base (2005) foram revistas, tornando-se *um pouco* mais elevadas, em volumes absolutos;**
- Na prática, **a nova NDC permite que o Brasil emita mais GEE do que anteriormente previsto**, pois mantém a mesma porcentagem na meta apesar do aumento no valor absoluto a que essa porcentagem se refere. Por esse motivo a meta se torna menos ambiciosa;
 - A nova NDC permite que o **Brasil emita cerca de 400 milhões de toneladas de GEE a mais do que a meta submetida em 2015.**
- Apesar do ajuste na linha de base ser justificável devido ao **progresso científico, as novas metas deveriam incorporar um ajuste proporcional em termos absolutos.** Para refletir o mesmo nível de ambição de 2015, a nova meta de redução de emissões apresentada pelo Brasil para **2030 deveria ser de 57% e não de 43%.**
- O Brasil foi bastante criticado por não apresentar metas mais ambiciosas após a primeira revisão, conforme solicitado pelo próprio Acordo de Paris.

Nova Versão da NDC Brasileira: 1ª Revisão

Por que a nova meta da NDC do Brasil é menos ambiciosa



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do MCTI e das NDCs submetidas pelo Brasil na UNFCCC

26/03/2021



Nova Versão da NDC Brasileira: 1ª Revisão

- **Em 2015**, a NDC brasileira submetida continha **um anexo com detalhes e esclarecimentos abrangentes** sobre como e quais políticas o país estava planejando implementar para atingir a meta desejada;
- **A NDC apresentada em 2020 não apresenta detalhes de como será alcançada, nem oferece indicativo de medidas setoriais** a serem tomadas para alcançar as metas propostas;
 - Apenas menciona que o governo estabeleceu uma **política de pagamento por serviços ambientais e cita o programa Floresta +**, fazendo referência aos mercados voluntários de carbono.
- Embora o Brasil tenha anunciado a intenção de chegar à **neutralidade climática até 2060**, **o texto é vago por não apresentar uma estratégia formal de longo prazo** nem detalhar planos ou medidas para alcançá-la;
- Além disso, a NDC de 2020 não inclui qualquer menção à **adaptação climática**, um dos pilares do Acordo de Paris, tampouco menciona a necessidade de **proteção das populações mais vulneráveis**.

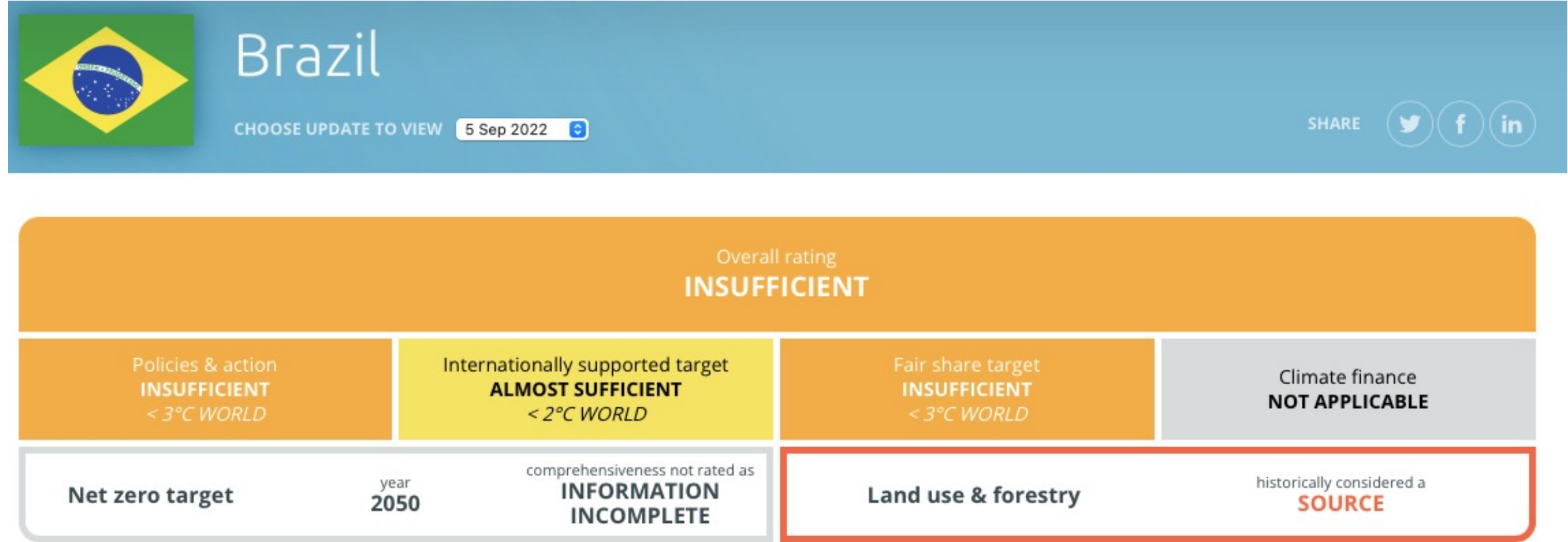
Climate Action Tracker

CRITICALLY INSUFFICIENT	HIGHLY INSUFFICIENT	INSUFFICIENT	ALMOST SUFFICIENT	1.5°C PARIS AGREEMENT COMPATIBLE
IRAN	ARGENTINA	CHILE	COSTA RICA	THE GAMBIA
RUSSIA	AUSTRALIA	EU	ETHIOPIA	
SAUDI ARABIA	BRAZIL	GERMANY	KENYA	
SINGAPORE	CANADA	JAPAN	MOROCCO	
THAILAND	CHINA	NORWAY	NEPAL	
	COLOMBIA	PERU	NIGERIA	
	INDIA	SOUTH AFRICA	UK	
	INDONESIA	SWITZERLAND		
	KAZAKHSTAN	USA		
	MEXICO			
	NEW ZEALAND			
	SOUTH KOREA			
	UAE			
	UKRAINE			
	VIET NAM			


OVERALL RATINGS
 Overall Climate Action Tracker ratings
 Sept 2021
 Update

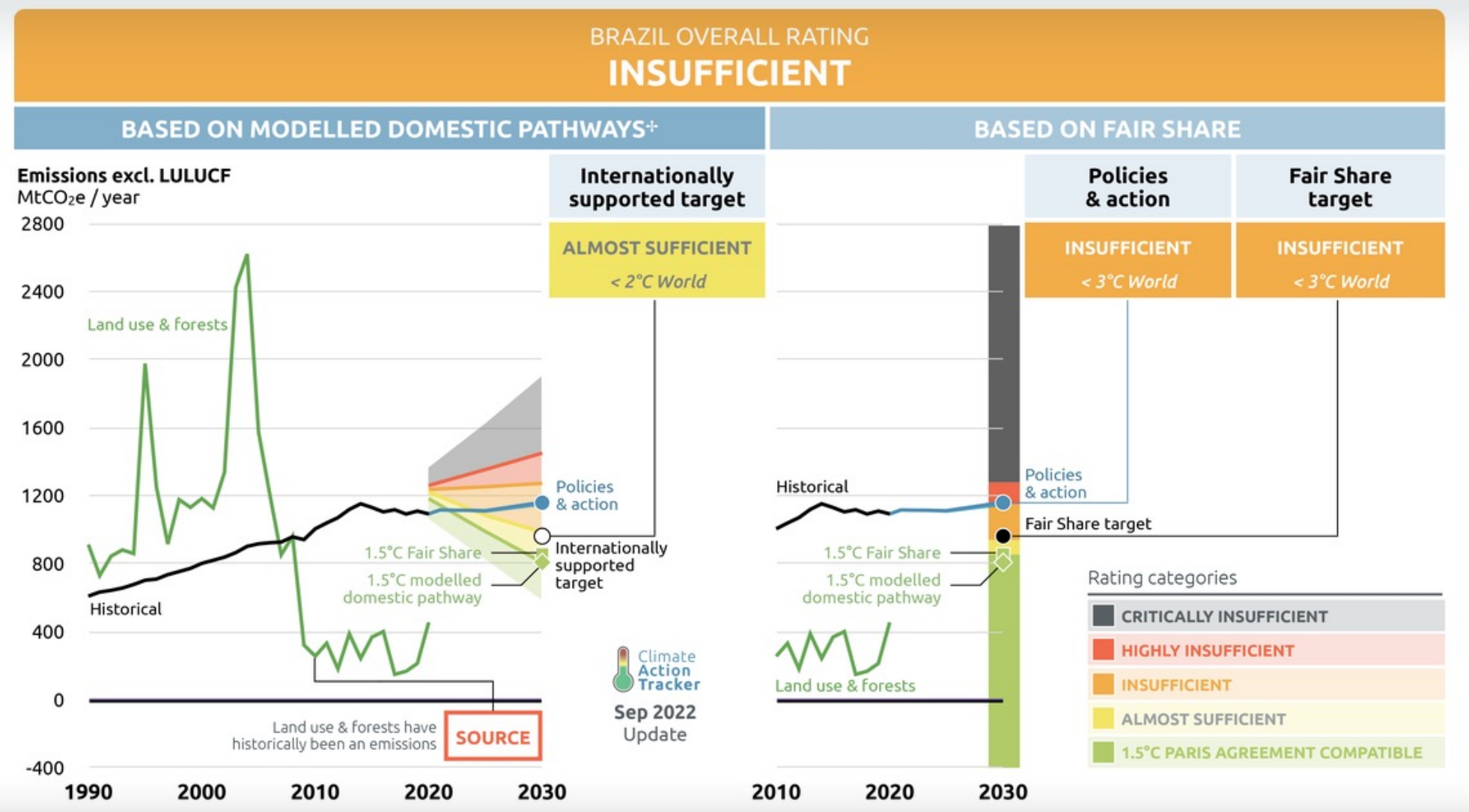
De acordo com o documento, “a meta do Brasil não está de acordo com qualquer interpretação de uma abordagem justa para cumprir o limite de 1,5°C do Acordo de Paris, e se todos os países seguissem a abordagem do Brasil, o aquecimento ultrapassaria 4°C”.

Climate Action Tracker



Fonte: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>

Climate Action Tracker



Fonte: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>

Nota à Imprensa Nº 162/2020

Ministério das Relações Exteriores

O que você procura?



NOTA À IMPRENSA Nº 162/2020

Esclarecimentos sobre a nova NDC brasileira submetida sob o Acordo de Paris

Publicado em 15/12/2020 13h33 | Atualizado em 06/01/2021 18h48

Compartilhe:   

Diante de informações distorcidas que vêm sendo veiculadas por grupos de interesse e reproduzidas em diferentes veículos de comunicação, prestam-se, a seguir, esclarecimentos sobre a Contribuição Nacionalmente Determinada apresentada pelo Governo brasileiro em 9 de dezembro corrente.

Com relação aos valores de referência, é incorreta a interpretação de que as metas constantes da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC) ao Acordo de Paris têm como referência fixa as emissões de gases de efeito estufa de 2005 tal como constam da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de 2016. A 3ª CN foi mencionada na NDC apenas por conter o inventário brasileiro de emissões vigente neste momento. O item 1 (f) do anexo da NDC esclarece, contudo, que “[a]s informações sobre as emissões em 2005 e valores de referência poderão ser atualizadas e recalculadas em função de aperfeiçoamentos das metodologias aplicáveis aos inventários”. Na mesma linha, o item 5 (a) afirma que o Brasil “atualizará seus inventários nacionais para a série histórica com base nas Diretrizes de 2006 do IPCC, ou o que vier a eventualmente substituí-las”. Ao permitir a atualização dos valores de referência com base nos aperfeiçoamentos metodológicos na elaboração de inventários, a nova NDC busca apenas respeitar a melhor ciência disponível e diretrizes atualizadas do IPCC.

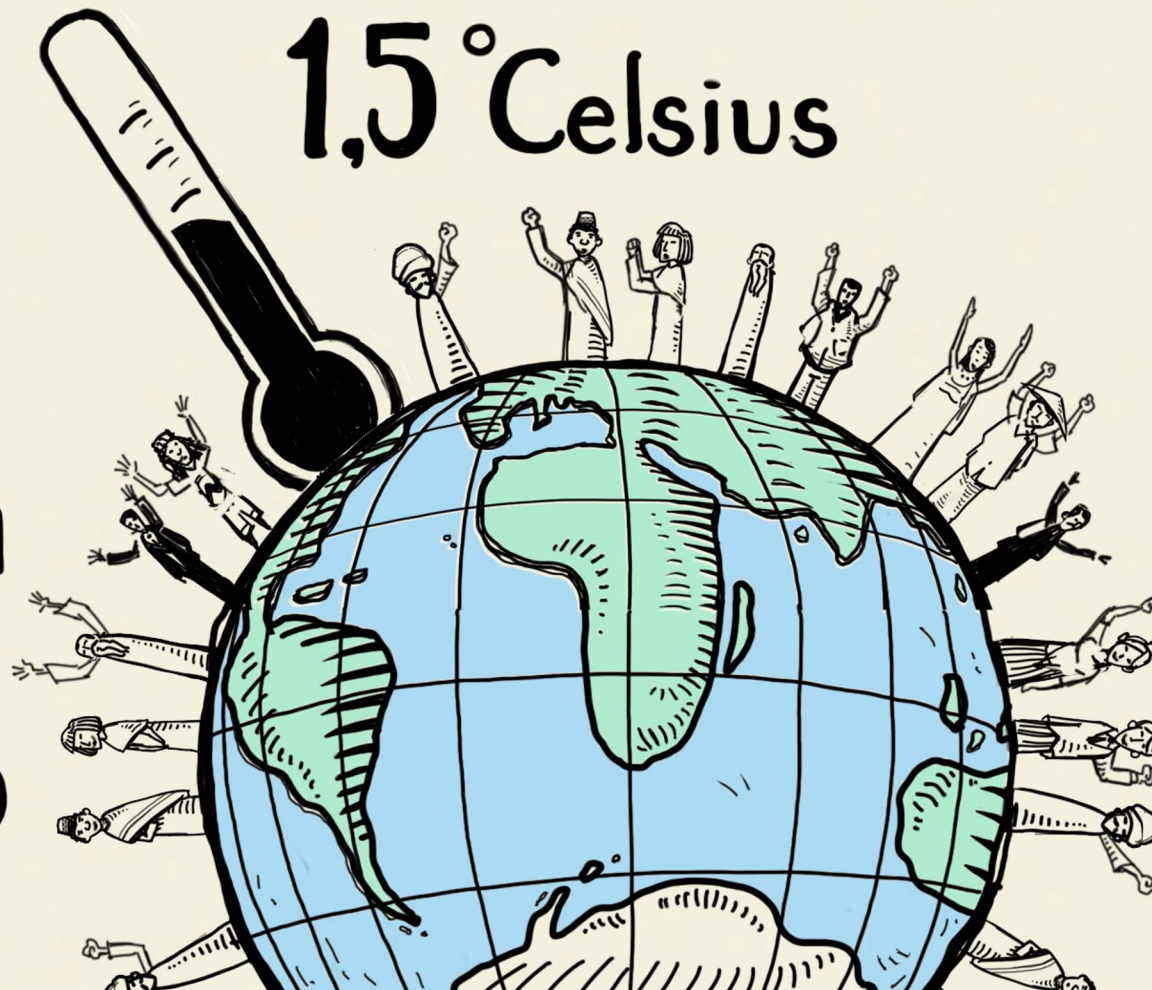
No que tange ao objetivo indicativo de longo prazo, tampouco é correta a interpretação de que o objetivo indicativo de neutralidade climática em 2060 seja condicionado ao recebimento de recursos internacionais ou ao funcionamento do mercado de carbono. Na verdade, esse objetivo é apresentado na NDC de maneira incondicional. A NDC também assinala, contudo, que esse objetivo de longo prazo poderá ser antecipado, até mesmo para 2050, a depender do adequado funcionamento dos mecanismos de mercado do acordo de Paris, inclusive o Mecanismo do Desenvolvimento Sustentável.

Esta visão está expressa no segundo parágrafo da NDC, que afirma claramente que a NDC brasileira “é compatível com objetivo indicativo de longo prazo de alcançar a neutralidade climática em 2060 ... não estando descartada a possibilidade de adoção, em momento adequado, de objetivo de longo prazo mais ambicioso”. A mesma ideia está expressa no parágrafo final do anexo da NDC, que afirma que o “o adequado funcionamento dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris poderia justificar a consideração de objetivo mais ambicioso no futuro, que tenha como objetivo, por exemplo, o ano de 2050”.

Fonte: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/esclarecimentos-sobre-a-nova-ndc-brasileira-submetida-sob-o-acordo-de-paris

- “Com relação aos valores de referência, é incorreta a interpretação de que as metas constantes da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC) ao Acordo de Paris têm como referência fixa as emissões de gases de efeito estufa de 2005 tal como constam da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de 2016.”
- “No que tange ao objetivo indicativo de longo prazo, tampouco é correta a interpretação de que o objetivo indicativo de neutralidade climática em 2060 seja condicionado ao recebimento de recursos internacionais ou ao funcionamento do mercado de carbono. Na verdade, esse objetivo é apresentado na NDC de maneira incondicional.”

Seja
Parte da
Solução



OBRIGADO!

Luan Santos, PhD
pós-doutor *Universität Graz*
luan.santos@pep.ufrj.br



REALIZAÇÃO:

